

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

**Balanços Patrimoniais**

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013	2014	2013
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	37.583	63.875	7.792	8.088
Disponibilidades	118	52	7.792	8.088
Títulos e valores mobiliários	34.733	60.789	14	1
Carteira própria	34.733	60.789	-	2.618
Outros créditos	2.390	2.719	942	949
Rendas a receber	623	748	62	107
Negociação e intermediação de valores	65	108	6.774	4.413
Diversos	1.702	1.863	12.257	10.830
Outros valores e bens	342	315	12.257	10.830
Despesas antecipadas	342	315	12.257	10.830
<b>Realizável a longo prazo</b>	13.910	11.667	33.725	57.199
Outros créditos	13.865	11.594	211.015	211.015
Diversos	13.865	11.594	211.015	211.015
Outros valores e bens	45	73	(177.290)	(153.816)
Despesas antecipadas	45	73	-	-
<b>Permanente</b>	2.281	575	-	-
Investimentos	80	83	-	-
Outros investimentos	80	83	-	-
Imobilizado de uso	1.016	492	-	-
Outras imobilizações de uso	2.183	1.875	-	-
(-) Depreciações acumuladas	(1.167)	(1.383)	-	-
Diferido	-	-	-	-
Gastos de organização e expansão	-	1.448	-	-
(-) Amortização acumulada	-	(1.448)	-	-
Intangível	1.185	-	-	-
Outros ativos intangíveis	1.270	-	-	-
(-) Amortização acumulada	(85)	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>53.774</b>	<b>76.117</b>	<b>53.774</b>	<b>76.117</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Outras obrigações	-	-	-	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	-	-	-
Sociais e estatutárias	-	-	-	-
Fiscais e previdenciárias	-	-	-	-
Negociação e intermediação de valores	-	-	-	-
Diversas	-	-	-	-
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Outras obrigações	-	-	-	-
Fiscais e previdenciárias	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	-	-	-	-
De domiciliados no exterior	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>53.774</b>	<b>76.117</b>	<b>53.774</b>	<b>76.117</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	163.173	(128.565)	34.608
Aumento de capital	47.842	-	47.842
Prejuízo do exercício	-	(25.251)	(25.251)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	211.015	(153.816)	57.199
Prejuízo do exercício	-	(23.474)	(23.474)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	211.015	(177.290)	33.725
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	211.015	(165.566)	45.449
Prejuízo do semestre	-	(11.724)	(11.724)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	211.015	(177.290)	33.725

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
A Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do Crédito Agricole Private Banking 99.999998% (99,999997% em 2013) com sede na França e do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. 0,000002% (0,000003% em 2013) com sede no Brasil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédito Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. A DTVM tem feito algumas reestruturções de forma a se adequar ao modelo de negócios definido pelo Grupo, o que tem exigido investimentos. Os acionistas proporcionarão os recursos necessários para tais investimentos e manutenção das atividades.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos a valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento do seu vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.

Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	30/06/2014	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	54	118	52
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>54</b>	<b>118</b>	<b>52</b>

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

**g) Captações no mercado aberto**

As captações no mercado aberto estão registradas pelos seus respectivos valores, acrescidas dos encargos contratuais proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**  
É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

**g) Investimentos**

Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisões para perdas, quando aplicável.

**h) Imobilizado e intangível**

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o diferido (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% ao ano para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% ao ano para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.

**i) Demais ativos e passivos**

Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

**j) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%. A DTVM não apresentou base tributável em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

**k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:  
**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.  
**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

**Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

**l) Resultado por ação**

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

**4. Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não teve resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.

**5. Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

**a) Títulos e valores mobiliários**

**a.1) Composição por classificação**

	2014	2013
<b>Carteira própria</b>	<b>Custo (i)</b>	<b>Contábil/mercado</b>
Títulos para negociação:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.736	34.733 60.789
<b>Total</b>	<b>34.736</b>	<b>34.733 60.789</b>

(i) Inclui rendimentos.

**a.2) Composição por prazo de vencimento**

	2014	2013
Até 3 meses	-	94
De 3 a 12 meses	34.733	-
De 1 a 3 anos	-	60.211
De 3 a 5 anos	-	484
<b>Total</b>	<b>34.733</b>	<b>60.789</b>

**a.3) Composição por emissor**

	2014	2013
<b>Títulos de renda fixa</b>		
Títulos Públicos	34.733	60.789
Tesouro Nacional	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 4.808 (R\$ 2.159 em 2013).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

**6. Gerenciamento de riscos**

**a) Risco de mercado**

As perdas potenciais advindas de variações nos preços dos ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, valor em risco e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado efetuado em consideração as variações severas dos fatores de risco. Adicionalmente, são também levados testes de aderência (*back-testing*) do modelo de valor em risco comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Conglomerado Financeiro Crédito Agricole Brasil e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos da DTVM.

Os limites aprovados pelo comitê de risco de mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site [www.creditagricoledtvm.com.br](http://www.creditagricoledtvm.com.br).

**b) Fatores de risco de mercado**  
Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

**c) Risco de liquidez**  
Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédito Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site [www.creditagricoledtvm.com.br](http://www.creditagricoledtvm.com.br).

**d) Risco operacional**

Definido pela Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Controles Permanentes e Risco Operacional do Conglomerado Crédito Agricole integra a Diretoria de Risco e Controles Permanentes, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas.

Através de reuniões regulares, a Alta Administração do Conglomerado Crédito Agricole no Brasil discute os diagnósticos apresentados pela área de Controles Permanentes e Risco Operacional, assim como as consequências ações a serem implementadas, se necessário.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site [www.creditagricoledtvm.com.br](http://www.creditagricoledtvm.com.br).

**7. Outros créditos**

**a) Rendas a receber**  
Em 31 de dezembro de 2014, a DTVM possui registrado como "rendas a receber" o montante de R\$ 623 (R\$ 748 em 2013) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a DTVM administrava R\$ 2.608.720 (R\$ 2.253.807 em 2013) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	1.498.586	1.457.737
Fundos de investimento em ações	19.544	50.403
Carteiras administradas	915.250	691.292
Outros fundos de renda fixa	671.411	501.802
Subtotal de recursos de terceiros	3.104.791	2.701.234
Aplicações em fundos de investimentos da própria DTVM	(496.071)	(447.427)
Total líquido de recursos de terceiros	2.608.720	2.253.807

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.

As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 8.218 (R\$ 10.633 em 2013) - Nota 14.

**b) Negociação e intermediação de valores**  
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo diversar, no montante de R\$ 65 (R\$ 108 em 2013).

**c) Diversos**

	2014	2013
Circulante	1.702	1.863
Adiantamento e antecipações salariais	942	949
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 11.a)	299	380
Pagamentos a ressarcir	867	1.464
Devedores diversos	62	-
Impostos e contribuições a compensar	189	-
Outros	282	15
Realizável a longo prazo	13.865	11.594
Impostos e contribuições a compensar	121	290
Devedores por depósito em garantia (i)	13.744	11.304
<b>Total</b>	<b>15.567</b>	<b>13.457</b>

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 12.677 (R\$ 10.786 em 2013) e outros no valor de R\$ 1.067 (R\$ 518 em 2013) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a DTVM.

**8. Captações no mercado aberto**

Em 31 de dezembro de 2014 não houve despesa com captações no mercado aberto (R\$ 1 em 2013).

**9. Outras obrigações**

**a) Sociais e estatutárias**  
A DTVM possui um programa de participações no resultado, constituído e formalizado de acordo com a Lei nº 10.101/2000. Em 31 de dezembro de 2014 não há provisão para participações no resultado (R\$ 2.618 em 2013).

**b) Negociação e intermediação de valores**  
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 62 (R\$ 107 em 2013).

**c) Fiscais e previdenciárias**

	2014	2013
Circulante	942	949
Impostos e contribuições a recolher	942	949
Exigível a longo prazo	12.257	10.830
Provisão para		

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

★ continuação

Os membros efetivos do **Comitê de Auditoria do Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do Banco Central do Brasil, tem na designação de suas atividades a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, de auxiliar na estruturação, desenvolvimento e eficácia dos Controles Internos, além da

análise e avaliação das demonstrações contábeis incluindo-se notas explicativas. O Comitê de Auditoria pôde verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Internas e Externas possuem transparência e qualidade, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período,

onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de março de 2015

**Comitê de Auditoria**

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2015



**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-2SP015199/O-6

**Eduardo Wellichen**  
Contador  
CRC-1SP184050/O-6